A REFORMA RELIGIOSA

A crise da religiosidade

No fim da Idade Média, o crescente desprestígio da Igreja do Ocidente, mais interessada no próprio enriquecimento material do que na orientação espiritual dos fiéis; a progressiva secularização da vida social, imposta pelo humanismo renascentista; e a ignorância e o relaxamento moral do baixo clero favoreceram o desenvolvimento do grande cisma do Ocidente, registrado entre 1378 e 1417, e que teve entre suas principais causas a transferência da sede papal para a cidade francesa de Avignon e a eleição simultânea de dois e até de três pontífices.

Uma angústia coletiva dominou todas as camadas sociais da época, inquietas com os abusos da Igreja, que exigia dos fiéis dízimos cada vez maiores e se enriqueciam progressivamente com a venda de cargos eclesiásticos. Bispos eram nomeados por razões políticas e os novos clérigos cobravam altos preços pelos seus serviços (indulgências), e nem sempre possuíam suficientes conhecimento de religião ou compreendiam os textos que recitavam.

Com as rendas que auferiam, papas e bispos levavam uma vida de magnificência, enquanto os padres mais humildes, carentes de recursos, muitas vezes sustentavam suas paróquias com a instalação de tavernas, casas de jogo ou outros estabelecimentos lucrativos. Outros absurdos como a venda de objetos tidos como relíquias sagradas – por exemplo, lascas de madeira como sendo da cruz de Jesus Cristo – eram efetuados em profusão. Diante dessa situação alienante, pequenos grupos compostos por membros do clero e mesmo por leigos estudavam novas vias espirituais, preparando discretamente uma verdadeira reforma religiosa.

O Luteranismo na Alemanha

Na Alemanha, o frade agostiniano Martinho Lutero desenvolveu suas reflexões, criando a doutrina da justificação pela fé como único ponto de partida para aprofundar os ensinamentos que recebera. Segundo ele, "Deus não nos julga pelos pecados e pelas obras, mas pela nossa fé". Enquanto a concessão de indulgências como prática de devoção era entendida pelos cristãos como absolvição, a justificação pela fé defendida por Lutero não permitia atribuir valor às obras de caridade, opondo-se à teoria da salvação pelos méritos. Em 1517, Lutero publicou suas 95 teses, denunciando falsas seguranças dadas aos fiéis. Segundo diziam essas teses, só Deus poderia perdoar, e não o papa, e a única fonte de salvação da Igreja residia no Evangelho. Em torno dessa nova posição, iniciou-se na Alemanha um conflito entre dominicanos e agostinianos.

Em 1520 o papa Leão X promulgou uma bula em que dava 60 dias para a execução da retratação de Lutero, que então queimou publicamente a bula papal, sendo excomungado. No entanto, Lutero recebera grande apoio e conquistara inúmeros adeptos da sua doutrina, como os humanistas, os nobres e os jovens

estudantes. Consequentemente, uma revolta individual transformou-se num cisma geral. Na Alemanha as condições favoráveis à propagação do luteranismo se acentuaram devido à fraqueza do poder imperial, às ambições dos príncipes em relação aos bens da Igreja, às tensões sociais que opunham camponeses e senhores, e o nacionalismo, hostil às influências religiosas de Roma.

O imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V, tentou um acordo para tolerar o luteranismo onde já houvesse, mas pretendia impedir sua propagação. Cinco principados protestaram contra esta sanção, o que gerou o termo protestantismo. Sentindo a fragmentação cristã em seus domínios, Carlos V convocou a Dieta de Augsburg, visando conciliar protestantes e cristãos. Dada a impossibilidade de acordo, os príncipes católicos e o imperador acataram as condenações, na tentativa de eliminar o protestantismo luterano. Após anos de luta, em 1555, os protestantes venceram, e foi assinada a paz, que concedeu liberdade de religião no Santo Império. Lutero morreu em 1546, mas permaneceu como grande inspirador da Reforma.

O movimento luterano abriu caminhos para rebeliões políticas e sociais, não previstas por Lutero. Em 1524 eclodiu a Revolta dos Camponeses, composta em sua maioria por membros de uma nova seita, os anabatistas. Extremamente agressivos e individualistas, levaram às concepções de Lutero sobre a livre interpretação da Bíblia e reclamavam a supressão da propriedade e a partilha das riquezas da Igreja. Embora sustentando a idéia de liberdade cristã, Lutero submetia-se a autoridades legítimas, recusando-se a apoiar os revoltosos. Condenou então as revoltas e incitou os nobres à repressão. Os camponeses foram vencidos e o protestantismo se expandiu apenas para os países escandinavos (Suécia, Noruega e Dinamarca), sendo instrumento de rebelião dos burgueses e comerciantes contra os senhores de terra, que eram nobres católicos.

O Calvinismo na França

Na França, o teólogo João Calvino posicionou-se com as obras protestantes e as idéias evangelistas, partindo da necessidade de dar à Reforma um corpo doutrinário lógico, eliminando todas as primeiras afirmações fundamentais de Lutero: a incapacidade do homem, a graça da salvação e o valor absoluto da fé. Calvino julgava Deus todo poderoso, estando a razão humana corrompida, incapaz de atingir a verdade. Segundo ele, o arrependimento não levaria o homem à salvação, pois este tinha natureza irremediavelmente pecadora. Formulou então a Teoria da Predestinação: Deus concedia a salvação a poucos eleitos, escolhidos por toda a eternidade. Nenhum homem poderia dizer com certeza se pertencia a este grupo, mas alguns fatores, entre os quais a obediência virtuosa, dar-lhe-iam esperança.

Os protestantes franceses seguidores da doutrina calvinista eram chamados huguenotes, e se propagaram rapidamente pelo país. O calvinismo atingiu a Europa Central e Oriental. Calvino considerou o cristão livre de todas as proibições inexistentes em sua Escritura, o que tornava lícitas as práticas do

capitalismo, determinando uma certa liberdade em relação à usura, enquanto Lutero, muito hostil ao capitalismo, considerava-o obra do demônio. Segundo Calvino, "Deus dispôs todas as coisas de modo a determinarem a sua própria vontade, chamando cada pessoa para sua vocação particular". Calvino morreu em Genebra, em 1564. Porém, mesmo após sua morte, as igrejas reformadas mantiveram-se em contínua expansão.

O Anglicanismo na Inglaterra

Na Inglaterra, o principal fato que desencadeou a Reforma religiosa foi a negação do papa Clemente VII a consentir a anulação do casamento do rei Henrique VIII com Catarina de Aragão, impedindo a consolidação da monarquia Tudor. Manipulando o clero, Henrique VIII atingiu seu objetivo: tornou-se chefe supremo da Igreja inglesa, anulou seu casamento e casou-se com Ana Bolena. A reação do papa foi imediata: excomungou o soberano e, em consequência, o Parlamento rompeu com Roma, dando ao rei o direito de governar a Igreja, de lutar contra as heresias e de excomungar. Consolidada a ruptura, Henrique VIII, através de seus conselheiros, organizou a Igreja na Inglaterra.

Entretanto, a reforma de Henrique VIII constituiu mais uma alteração política do que doutrinária. As reais alterações teológicas surgiram no reinado de seu filho, Eduardo VI, que introduziu algumas modificações fortemente influenciadas pelo calvinismo. Foi no reinado de Elizabeth I, porém, que consolidou-se a Igreja Anglicana. A supremacia do Estado sobre a Igreja foi afirmada e Elizabeth I tornou-se chefe da Igreja Anglicana independente. A Reforma na Inglaterra representou uma necessidade de fortalecimento do Estado, na medida em que o rei transformou a religião numa via de dominação sobre seus súditos.

A Contra-Reforma

A reação oficial da Igreja contra a expansão do protestantismo ficou conhecida como Contra-Reforma. Em 1542, o papa Paulo III introduziu a Inquisição Romana, confiando aos dominicanos a função de impô-las aos Estados italianos. A nova instituição perseguiu todos aqueles que, através do humanismo ou das teologias luterana e calvinista, contrariavam o ortodoxia católica ou cometiam heresias. A Inquisição também foi aplicada em outros países, como Portugal e Espanha. Em 1545, a Igreja Católica tomou outra medida: uma comissão de reforma convocou o Concílio de Trento, desenvolvido em três fases principais, entre 1545 e 1563, fixou definitivamente o conteúdo da fé católica, praticamente reafirmando suas antigas doutrinas. Confirmou-se também o celibato clerical e sua hierarquia. Em 1559 criou-se ainda o Índice de Livros Proibidos, composto de uma lista de livros cuja leitura era proibida aos cristãos, por comprometer a fé e os costumes católicos.